

Movimentos Sociais e Educação Popular. Lutas nas empresas, em Portugal, após o 25 de Abril

Rui Canário*

Resumo:

Tendo como referência empírica o movimento grevista operário que, no primeiro semestre de 1974, ocorreu na cintura industrial de Lisboa, antes e imediatamente após o derrube da ditadura fascista, em 25 de Abril de 1974, procurar-se-á colocar em evidência o potencial educativo desse movimento social, marcado pela autonomia. Pretende-se discutir qual a relação entre aprendizagens colectivas, realizadas no âmbito de processos instituintes de mudança social e o papel e a natureza do Estado nesses processos. Pretende-se num quadro teórico mais amplo, problematizar e discutir o conceito de educação emancipatória. Entende-se que a clarificação deste conceito, essencial para superar o actual desarmamento crítico face à lógica do capital, supõe a análise e desconstrução de uma visão da conflitualidade social no século XX reduzida à dicotomia entre dois campos: o do capitalismo e o do capitalismo de estado. Parte-se do pressuposto de que toda a acção e relação social é atravessada e impregnada por uma dimensão educativa, ela própria expressão política de relações de poder.

Palavras-chave: Educação popular. Movimentos sociais.

* Doutor em Ciências da Educação. Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (Portugal).

“As comissões terão de saber que são alicerces dum novo poder” (Fausto).

Este texto¹ pretende ser uma contribuição para a elucidação teórica da relação entre a educação e a emancipação social. Tem como referência empírica as lutas sociais desenvolvidas nas empresas, no período revolucionário que em Portugal se seguiu ao 25 de Abril de 1974. Essas lutas originaram novas relações de poder dentro das empresas, bem como a emergência de órgãos autónomos dos trabalhadores assalariados que, em muitos casos, viriam a assumir a direcção de processos de produção e de organização do trabalho, em regime de autogestão. Queremos aprofundar a análise e a reflexão sobre as dimensões educativas deste tipo de movimentos e lutas sociais, contribuindo para elucidar a necessária articulação entre educação e conflitos sociais.

De um ponto de vista crítico, procura-se contribuir para fazer face à situação de relativo desarmamento ideológico em que se encontram os que buscam alternativas ao sistema capitalista na sua configuração actual. Parte-se do pressuposto de que, mais do que uma crise do capitalismo, estamos confrontados com uma crise da capacidade de crítica ao capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999). Esta crise de capacidade crítica é bem patente na dominância dos discursos de “denúncia” à designada “vaga neoliberal”, a revelarem, por um lado, uma postura sobretudo defensiva e, por outro, o desejo implícito e nostálgico do regresso (impossível) a um idealizado “Estado Providência”. Um Estado Providência que no período áureo do crescimento económico (os trinta anos “gloriosos” que se seguiram à II Guerra Mundial), permitia um compromisso entre o capitalismo e a democracia política em zonas restritas do globo, enquanto que nas regiões periféricas a ilusão desenvolvimentista alimentava as esperanças de futuro.

Do ponto de vista empírico, utilizámos como principal fonte documental, numa análise exploratória, o jornal *Combate*², publicado entre 1974 e 1978.

O movimento grevista antes e depois do 25 de Abril

Como já referi num outro texto (CANÁRIO, 2007), a emergência de um forte movimento popular durante o período revolucionário do 25

de Abril foi, simultaneamente, causa e efeito de uma suspensão temporária do poder exercido pelos patrões e do poder repressivo do Estado, graças à neutralização das forças policiais e militarizadas e à fragmentação do poder militar. Nesse contexto, puderam tomar forma novos tipos de relações sociais e novos modos de organização social e de exercício do poder, materializados na criação generalizada de *comissões*, nomeadamente e principalmente nas empresas. Estas comissões lideraram processos de ocupação que puseram em causa os princípios vigentes, quer da propriedade, quer do poder institucional tradicional (Igreja, Exército, etc.). Numerosas empresas passaram para o controlo directo de comissões eleitas pela base, num quadro de democracia operária. Ao poder do Estado e dos patrões foi retirado o controlo de uma parte substancial das actividades económicas, que passaram a ser objecto de modalidades de autogestão por parte dos trabalhadores (empresas, e, mais tarde, terras na zona da reforma agrária). Este movimento popular revelou uma *dimensão autónoma* considerável e em muitas situações incontrolável, como o comprova, por exemplo, o desenvolvimento do movimento grevista “selvagem” imediatamente posterior a Abril de 1974. Este movimento grevista afirmou-se contra todos os poderes instituídos, incluindo as burocracias sindicais nascentes (Intersindical, que viria a dar origem à actual Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) que, inclusivamente, organizaram e realizaram manifestações de rua contra os trabalhadores grevistas.

Para dar uma ideia da amplitude e intensidade do movimento grevista nas empresas, no período imediatamente posterior ao 25 de Abril, basta referir que, com base em fontes documentais restritas, foram identificados num período de pouco mais de um mês (de 25 de Abril a 31 de Maio de 1974) 158 conflitos, com greve ou ameaça de greve: 90 no sector das indústrias, 59 nos sectores de energia, transportes e comunicações, 9 no sector da banca e seguros (SANTOS; LIMA; FERREIRA, 1976). Esta onda grevista não surgiu do zero, por obra e graça do golpe militar. Inscrevese e dá continuidade a um crescendo de lutas operárias que marcaram o ocaso do regime da ditadura, já no final do período marcelista, período em que se agudizaram, simultaneamente, a resistência (económica e política) e a intensidade e modalidades de repressão policial. Com efeito, como se refere na obra supracitada, a partir do último trimestre de 1973, o volume e a capacidade de luta começou a configurar-se “como uma importante

etapa para a criação de uma expressão política autónoma das classes trabalhadoras” (SANTOS; LIMA; FERREIRA, 1976, p. 21), através de uma grande diversidade de formas de luta. Além do recurso à greve, segundo os mesmos autores, a acção dos trabalhadores manifestou-se por: redução dos ritmos de produção; manifestações de rua; concentrações e reuniões; apresentação de abaixo-assinados e de cadernos reivindicativos e recusa de prestação de horas extraordinárias. Várias destas modalidades foram utilizadas cumulativamente, como no exemplo apresentado pela Robbialac (fábrica de tintas) em que “os operários começaram por apresentar um caderno reivindicativo, dando à empresa o prazo de uma semana para lhes responder; como isso não acontecesse passaram à redução da produção e, finalmente, à greve.” (SANTOS; LIMA; FERREIRA, 1976, p. 27).

O que fundamentalmente distingue o período anterior ao 25 de Abril do período que lhe sucede é o facto de se ter assistido à passagem de modalidades de luta centradas na reivindicação económica, para formas de luta que, subvertendo as relações de poder no interior das empresas, assumiram o carácter de um movimento político. Essa expressão política da autonomia das classes trabalhadoras viria a ser claramente ilustrada na manifestação realizada em Lisboa, a 7 de Fevereiro de 1975, dirigida, ao mesmo tempo, contra o desemprego e contra a presença, em Lisboa, de uma força naval da NATO. Por isso, a manifestação que terminava junto ao Ministério do Trabalho (onde a força militar presente aderiu à manifestação) passou primeiro frente à embaixada americana, forçando a oposição militar. Com base em informações recolhidas no Jornal Combate, vejamos quatro exemplos deste tipo de lutas, no período em análise.

O caso da Mabor

Esta luta abrangeu cerca de 750 trabalhadores de uma das quatro fábricas da “Mabor – Manufatura Nacional de Borracha, S. A.”, situadas em Lousado, Vila Nova de Famalicão. O processo de luta teve início em 12 de Maio de 1974, com a apresentação à Administração de um caderno reivindicativo que incluía, além das reivindicações relativas a salários e horários de trabalho, a criação de uma biblioteca. A ausência de uma resposta positiva às principais reivindicações apresentadas conduziu ao desencadear de uma greve, com ocupação das instalações e a organização de piquetes

de greve, iniciada em 30 de Maio. Em comunicado de 14 de Agosto, os trabalhadores anunciaram o fim do período de greve (setenta dias) por terem sido satisfeitas as reivindicações apresentadas. Durante a luta, foi criada uma Comissão Sindical Operária, mandatada para representar os trabalhadores, com poderes de negociação, com base nas decisões tomadas pelo conjunto dos assalariados. A luta foi activa e amplamente divulgada através de informação produzida pelos trabalhadores para o exterior (comunicados e manifestações) e também pela criação interna de um “Jornal dos Operários e Grevistas da Mabor”.

A situação vivida, reconhecida como uma experiência inédita para a totalidade dos operários envolvidos, permitiu, como se assinala no Comunicado que anuncia o fim da luta, instituir uma fonte de aprendizagens que remete para a construção de uma *identidade de classe*: “durante esta greve vimos como todos os capitalistas estavam por detrás do nosso patrão e como a nossa luta afrontava além dele todo um sistema social.” (JORNAL COMBATE, 1974, n. 5, p. 7). Por outro lado, remete também para o suporte fundamental dessa identidade que é a descoberta da *solidariedade de classe*: “a nossa luta faz parte da luta que todos os operários travam contra todos os patrões onde quer que a exploração destes se exerça sobre quem tudo produz e pouco recebe.” (JORNAL COMBATE, 1974, n. 5, p. 7). Esta dimensão de aprendizagem colectiva na acção havia sido já fortemente enfatizada no “Manifesto dos grevistas da Mabor” (JORNAL COMBATE, 1974, n. 5, p. 7), no qual se reconhece que, após “trinta dias e trinta noites” de “luta aberta pelos nossos direitos elementares”, “aprendemos muito e hoje estamos mais conscientes e organizados do que nunca.” (JORNAL COMBATE, 1974, n. 5, p. 7).

O caso da Sogantal

A Sogantal era uma fábrica de confecções de fatos de treino, de capital estrangeiro, situada no Montijo (região de Setúbal). Empregava 48 operárias que viriam a estar implicadas, na sua totalidade, num processo de luta que se tornaria emblemático e que se iniciou com a apresentação à Administração de um caderno reivindicativo elaborado em Maio de 1974. Paralelamente à elaboração e entrega deste caderno reivindicativo procedia-se à eleição de uma comissão de trabalhadores (cuja composição era de carácter rotativo)

e de uma delegada sindical. A delegação nestes órgãos de poderes de representatividade, a nível negocial, era complementada pelo facto de todas as decisões fundamentais serem tomadas pelo conjunto das operárias. Esse método de democracia de base continuou a vigorar no período em que a fábrica passou a ser autogerida. O facto de as reivindicações apresentadas não terem sido atendidas, tendo o patrão chegado a ameaçar o encerramento da empresa, conduziu o colectivo de trabalhadores a passar de formas de luta baseadas na baixa de produção e na ocupação da fábrica (Maio/Junho) à venda directa do produto da fábrica pelas operárias (12 de Junho). Nesta data a gerência abandonou a fábrica e encerrou-a, oficialmente, em 30 de Julho. Uma tentativa patronal de reentrar na fábrica, desmantelar e recolher os equipamentos e os produtos, desencadeou o processo de reocupação e início de um período autogestionário, na sequência de negociações com o Ministério do Trabalho. Rapidamente se gerou uma verdadeira onda de solidariedade em torno das operárias da Sogantal, alimentada pela ampla divulgação promovida pelas próprias operárias, através de entrevistas a jornais, comunicados, organização da venda dos fatos de treino e a criação de um “Jornal da Sogantal” que, no seu n. 2 (JORNAL COMBATE, 1974, n. 8, p. 7), explica assim os seus objectivos: “[...] as operárias da Sogantal, cientes da importância que o exemplo da sua luta poderá ter a nível nacional e sobretudo da divulgação dessa mesma luta”, lançam o n. 2 do seu jornal, o qual tem como objectivo principal a

divulgação das suas formas de luta que poderão servir de base a outras lutas de idênticas características. Por isso, nós vamos divulgando como a nossa luta foi e é organizada, como preenchemos os nossos tempos livres, quais as resoluções que temos empreendido face aos problemas de diversa ordem que nos têm aparecido. (JORNAL COMBATE, 1974, n. 8, p. 7).

Uma participante directa, protagonista importante da luta da Sogantal, viria, muitos anos mais tarde, em entrevista, a proceder a um exercício de memória e de reconstituição dos acontecimentos que permite evidenciar, quer a importância das solidariedades externas à fábrica, quer o processo de aprendizagem, individual e colectivo que atravessa a criação de novas formas de organização do trabalho, com base na democracia operária (BRINCA; BAÍA, 2001, p. 91-95).

Na noite de 24 de Agosto (as operárias ocupavam as instalações durante o dia), a entrevistada (Fernanda Cardoso) contou como, tendo passado pela fábrica, se apercebeu da sua ocupação “*pelo patrão, o gerente e uma série de mercenários, contratados para levarem o material e as máquinas*” e se dirigiu às casas das colegas para as alertar: “*O caso começou a espalhar-se e deu um alarido tal que a própria população do Montijo acabou por concentrar-se à porta da fábrica. Arrombámos as portas, fomos recebidos com balas simuladas, mas conseguimos entrar[...].*” Iniciou-se então o período de ocupação auto-gestionária em que, face às dificuldades, “*O que nos valeu foi a solidariedade de vários mecânicos de outras empresas, que nos ajudaram a montar algumas das máquinas*”, o que tornou possível continuar a produção, apesar da falta de dinheiro para adquirir peças novas, fios, agulhas e electricidade. O pagamento dos salários foi viabilizado por “*uma solidariedade tal que, apesar de não necessitarem dos fatos de treino, muitas pessoas compravam o produto só para nos ajudarem*”. As operárias passaram, então, a “dormir dentro da fábrica”, organizando-se por piquetes: “*enquanto umas trabalhadoras ficavam na fábrica outras iam vender a produção a diversas empresas e escritórios em vários pontos do país*”. Em poucas palavras, a entrevistada dá conta da dimensão educativa da experiência vivida e da riqueza de aprendizagens realizadas de modo não formal: “*Foi uma aprendizagem no dia a dia, estava ávida de conhecimento e aquilo passou a ser a minha vida*”. “*Durante esse tempo aprendi muito e consegui deitar para fora toda a revolta que não conseguia exteriorizar por palavras.*”

O caso Sogantal, protagonizado por mulheres, ganhou um carácter emblemático, na medida em que concentrou várias características do movimento popular no período revolucionário e representou “uma experiência de ruptura social, de transgressão de regras” que regiam as vidas das operárias antes do 25 de Abril, em diferentes espaços: “a fábrica (relações hierárquicas), mas também a ‘casa’ (relações familiares) e o meio envolvente (relações de proximidade).” (TILHOU, 2002, p. 132). Estas mulheres muito jovens que até então, em casa e na fábrica, obedeciam passivamente a ordens “passavam do trabalho na produção à discussão nas assembleias, faziam as contas da empresa, participavam nos piquetes de vigilância nocturna, deslocavam-se a vários pontos do país para vender a mercadoria, davam opinião sobre tudo.” (FERREIRA, 1994, p. 46).

O caso da Efacec-Inel

Trata-se de uma empresa de engenharia eléctrica situada em Carnaxide (zona de Lisboa), com cerca de 1100 trabalhadores que abrangem os sectores operário (maioritário), administrativo e técnico. Na luta que se desenvolveu sob a forma de greve, participou a quase totalidade dos assalariados (1076 grevistas). O processo iniciou-se na sequência de uma reunião geral de trabalhadores, realizada em 21 de Maio de 1974, em que foi aprovado um caderno reivindicativo e constituída uma Comissão de Trabalhadores (4 elementos), mandatada para apresentar as reivindicações à Administração da empresa, o que veio a acontecer dois dias depois. Numa segunda reunião geral (1 de Junho) decidiu-se alargar a composição da Comissão de Trabalhadores a 12 elementos, o que permitiu a representação de todos os sectores da empresa. A sua designação passou a ser a de “Comissão de Defesa e Direitos dos Trabalhadores (CDDT)”.

Em Junho, a Comissão de trabalhadores passou a funcionar de forma permanente e, durante a primeira semana desse mês, foram organizados debates entre os trabalhadores, para discutir os diferentes pontos do caderno reivindicativo e estudar a adopção de formas de luta. Após um mês de negociações infrutíferas com a entidade patronal, os trabalhadores decidiram, em reunião geral, fazer uma concentração na sede da empresa, ocupando-a, assim como a vários outros locais da empresa. Estas acções foram concretizadas por piquetes em que participaram cerca de 90 trabalhadores. Em 6 de Julho, foi tomada a decisão de greve, em plenário, cuja concretização se iniciou dois dias depois, com ocupação dos vários locais de trabalho pelos respectivos trabalhadores. Após o início da greve formaram-se várias comissões, nomeadamente de Animação Cultural, Informação e Coordenação de Piquetes.

Na sequência de uma proposta do Ministro do Trabalho (de que os trabalhadores tomaram conhecimento e discutiram em reunião geral de 20 de Julho) e após garantidas algumas reivindicações, acabou por ser declarada a “suspensão” da greve, com a finalidade de prosseguir as negociações com a entidade patronal. Em 22 de Março de 1975, veio a ser apresentado à Administração um novo caderno reivindicativo, sem que se tivesse declarado o fim da greve. Em Julho de 1976 ainda se publicava o n. 85 do “Jornal da Greve”, mantendo-se formada uma Comissão de Trabalhadores.

Como nos casos anteriormente apresentados, as novas formas de organização adoptadas, a concentração do poder de decisão no plenário de trabalhadores e a criação de uma imprensa própria (neste caso, o “Jornal da Greve dos Trabalhadores da Efacec-Inel”) são aspectos relevantes de um processo colectivo de aprendizagem, deliberadamente organizado e sobre o qual se reflecte. Segundo o “Jornal da Greve” (JORNAL COMBATE, 1974, n. 4, p. 5),

o tempo que os trabalhadores permanecem nas instalações é ocupado em discussões sobre os filmes projectados – Guiné Bissau, O Couraçado Potemkine e a Greve da LIP -, sobre os artigos publicados nos jornais da greve, ultrapassando os problemas reivindicativos em que a greve se baseia e relacionando esta com o actual momento político português.

No âmbito cultural, foram organizadas sessões de convívio, marcadas pela camaradagem e pela preocupação em “aumentar o espírito de observação da sociedade em que vivem”. Aquilo a que é dado maior realce, em termos de aprendizagem colectiva, não é propriamente o conteúdo da luta, mas sim a sua forma: Como se escreve no “Jornal de Greve” (JORNAL COMBATE, 1974, n. 4, p. 5),

Esta é a grande vantagem da nossa forma de luta. Somos nós, os trabalhadores, que a conduzimos e a estudamos a cada momento, para podermos saber qual o modo de actuação que mais nos interessa. Assim nós aprendemos. Conseguimos algumas vitórias e talvez tenhamos que sofrer algumas derrotas. Mas entretanto fomos aprendendo e, para a próxima, já não cairemos nos mesmos erros.

O caso da Novo Rumo – Cooperativa de Produção Metalúrgica

Esta empresa da área da Metal-Mecânica, em Pedrouços (zona de Lisboa), abrangia um total de cerca de 125 trabalhadores e correspondia à transformação da anterior firma “Francisco Máximo de Almeida” numa cooperativa de produção. Em Novembro de 1974, encontrava-se numa

péssima situação financeira, o que levou a Administração a diligenciar para obter um empréstimo que, no caso de não ser concedido, abriria o caminho para a declaração de falência.

Perante esta situação e o risco de encerramento da fábrica, formou-se uma comissão *ad-hoc* de trabalhadores que desencadeou a convocação de um plenário geral de que resultou a eleição de uma Comissão de Trabalhadores e de delegados sindicais. Como é regra neste tipo de situações, há delegação de competências nos órgãos eleitos, mas o poder máximo de decisão permanece como uma prerrogativa do plenário de trabalhadores. As reivindicações aprovadas são bastante moderadas: os trabalhadores ofereciam a sua colaboração para ajudar a concretizar o pedido de empréstimo, exigindo, em contrapartida, o exercício de fiscalização sobre os modos de gestão desse dinheiro e exigindo, ainda, o saneamento de um dos gestores da empresa.

Em face da protelação de todo o processo negocial, por parte da entidade patronal, os trabalhadores decidiram, em Janeiro de 1975, realizar diligências directas junto do Ministério do Trabalho que, durante esse mês, exerceu, sem resultados, uma função mediadora entre a entidade patronal e os trabalhadores. Em 20 de Fevereiro de 1975, a pedido dos trabalhadores e perante uma atitude não cooperante da entidade patronal, o Ministério do Trabalho decidiu solicitar uma sindicância à empresa. Como resposta, a entidade patronal abandonou a empresa e tentou proceder ao seu encerramento.

É nestas circunstâncias que o colectivo de trabalhadores decidiu entrar num processo de autogestão, elegendo, para o efeito, uma Comissão de Gestão constituída por três elementos eleitos em plenário por voto secreto. Esta Comissão passou a reunir diariamente e semanalmente com a Comissão de Trabalhadores, levando a plenário geral todos os assuntos importantes. Do ponto de vista jurídico constituiu-se, então, uma cooperativa de produção, formada com o apoio da Federação de Cooperativas Industriais e com o apoio, nomeadamente financeiro (através de um empréstimo), do Ministério do Trabalho.

Das declarações prestadas por um grupo de trabalhadores em entrevista ao *Jornal Combate* (1975, n. 25, p. 6), ressaltam duas ideias muito fortes. A primeira é a da democraticidade a todos os níveis, incluindo, quer os processos de tomada de decisão, quer as formas de exercício do trabalho, o que implica permanente informação, discussão e aprendizagem:

“As coisas têm-se desenvolvido com uma velocidade vertiginosa e a gente tem de reunir quase diariamente. Nós estamos aqui sábados, às vezes domingos. [...] Em vez de termos um indivíduo que mandava num monte de gente, não. Temos todos, mas todos, com direitos de decisão. [...] As funções da Comissão de Gestão são, como não poderia deixar de ser, acumuladas com as funções que já cá exercíamos e continuamos a exercer. Não há um gerente. Não queremos gerentes! Nós queremos 120 gerentes.”

O modo como é encarada a integração dos aprendizes exprime bem uma nova prática e uma nova concepção sobre o modo como se exerce o trabalho e este se articula com o aprender:

“Na questão da aprendizagem, como se sabe, o aprendiz era um ser explorado, era um indivíduo que vinha para aqui. O patrão não atendia à sua formação, mas simplesmente pretendia tirar o máximo de lucro da capacidade desse aprendiz. Nós pretendemos fazer cursos de formação, queremos transformar o aprendiz, não para dar lucros à cooperativa, até porque a cooperativa não dá lucros – essencialmente, o que pretendemos fazer do aprendiz é transformá-lo num bom profissional. E não só. Além disso, estamos a pensar também na parte cultural. Estamos a pensar na formação do indivíduo a todos os níveis. Somos ambiciosos, mas com o tempo talvez lá cheguemos.”

O papel das Comissões de Trabalhadores

As Comissões de Trabalhadores que nas empresas (como nas aldeias, nos bairros, nas herdades, nas escolas e quartéis) nasceram e se multiplicaram no período revolucionário do 25 de Abril, representam, nos termos de uma canção da época, o embrião de um novo poder, distinguindo-se pelo seu carácter democrático e autónomo, fruto da acção directa dos assalariados. Elas são “democráticas por fora e por dentro/e revogáveis a todo o momento”. Estes órgãos, que são a expressão da iniciativa democrática e autónoma dos assalariados, não representam nenhuma novidade histórica, inscrevendo-se na continuidade de tradições de formas de luta e de organização do movimento operário cuja ilustração mais clássica são os soviets na revolução russa. Reprimidos na sequência da revolução de 1905 (época em que Lenine era hostil a esta forma de organização), reapareceram em força em 1917, associados a uma fortíssima vaga de greves, estando na origem da revolução de Outubro (TRAGTENBERG, 2007). A importância histórica dos soviets, conselhos de fábrica ou comissões (no caso português) deriva de concretizarem um processo de revolução das

relações sociais que não se pode restringir a um processo de tomada do poder *do que existe*, sem que a forma das instituições que lhes correspondem sofra qualquer mudança qualitativa.

Como sublinha Tragtenberg (2007, p. 135), a superação da exploração do trabalho transcende a questão da forma jurídica da propriedade, na medida em que as relações sociais de produção, nomeadamente no interior da empresa, abrangem as modalidades de relação e de poder entre os trabalhadores, o saber, o tempo livre, a capacidade de decisão. A produção de mudanças sociais profundas e qualitativas implica “auto-organização” e “órgãos autónomos” que “emergem do processo da acção directa de todos os assalariados.” Esta concepção do processo de emancipação social permite encará-lo, na sua dimensão educativa, como um processo colectivo de aprendizagem que é inerente ao ser humano e está presente em todas as dimensões da vida social.³ Se, de um ponto de vista histórico, os soviets desempenharam um papel fulcral no desencadear da revolução russa, rapidamente o seu papel foi menorizado e esvaziado de conteúdo, apesar de uma forte resistência interna, representada pela “oposição operária” (KOLLONTAI, 1973), com o triunfo das concepções de Trotsky e Lenine que conseguiram, no comentário irónico de Tragtenberg (1986, p. 35), criar a originalidade de “uma república soviética sem soviets”.

Se a revolução russa constituiu um dos principais resultados da I Guerra Mundial, ela representou tão-só um episódio marcante de um período de “guerra civil europeia” (TRAVERSO, 2007) que teve lugar entre 1914 e 1945. A emergência de “soviets” não é, portanto, um exclusivo da revolução russa. No período de crise revolucionária que sacudiu a Europa imediatamente após a assinatura do Tratado de Versailes geraram-se órgãos autónomos do tipo soviético, com outras designações e em diferentes países, nomeadamente na Alemanha e na Itália.

Não é, por isso, surpreendente que nos escritos políticos anteriores à sua prisão por Mussolini, um teórico como Gramsci, em consonância com a sua participação nas grandes movimentações operárias de Turim⁴, quer durante a guerra, quer no início dos anos 20, tenha dedicado tanta atenção aos “conselhos de fábrica”, sublinhando a sua importância histórica e interpretando essa importância como um processo de aprendizagem, por parte dos trabalhadores. Os conselhos de fábrica, considerados por Gramsci como uma necessidade histórica, nascem e afirmam-se, segundo ele, em

períodos revolucionários, na medida em que correspondem à criação, a partir do interior das unidades de produção, de instituições de um novo tipo e que prefiguram uma outra organização social. É nesta perspectiva que o seu nascimento é encarado como “um grandioso evento histórico”, correspondente ao “início de uma nova era na história do género humano.” (GRAMSCI, 2004a, p. 364).

Para Gramsci, uma nova sociedade que supere a exploração do trabalho terá de ser baseada na iniciativa coordenada daqueles que produzem, o que significa que os locais onde se trabalha, “onde os produtores vivem e actuam em comum, serão amanhã os centros do organismo social e deverão tomar o lugar das entidades dirigentes.” (GRAMSCI, 2004a, p. 277). Deste ponto de vista, o sistema socialista está contido, potencialmente, nas instituições criadas pelos trabalhadores, na base da democracia operária. Nesta perspectiva, o “conselho de fábrica” é encarado como o “modelo do estado soviético” (GRAMSCI, 2004a, p. 288) que deverá assumir a forma de um “sistema de conselhos de operários, camponeses e soldados”. A criação e o funcionamento dos “conselhos de fábrica” representam, simultaneamente, uma dinâmica de mudança instituinte em que, através do exercício da solidariedade e democracia operárias, os trabalhadores afirmam a sua “liberdade criadora de história” e, por outro lado, um processo de aprender novas formas de viver e trabalhar: “O conselho é o mais idóneo órgão de educação recíproca e de desenvolvimento do novo espírito social que o proletariado foi capaz de gerar a partir da experiência viva e fecunda da comunidade de trabalho.” (GRAMSCI, 2004a, p. 289).

É esta concepção “criadora” de um novo sistema social que se opõe a uma concepção de “prescrição” em que há uma tentativa de decretar o comunismo, à revelia da acção colectiva e autónoma. Como escreveu Gramsci (2004a, p. 361), a revolução não pode ser “o acto arbitrário de uma organização que se diz revolucionária.” A distância que separa o “prescrever” do “criar” é a mesma distância que separa a simples *tomada* do poder existente, da sua *destruição*, só possível “por meio da auto-organização e dos órgãos autónomos horizontais (comités, comissões) que emergem do processo da acção directa de todos os assalariados”. É este equívoco que, alterando o regime jurídico de propriedade, deixa intacta a hierarquia e a divisão de trabalho dentro da fábrica, alimenta a construção de sistemas de capitalismo de estado que não são antagónicos dos sistemas de capitalismo

privado. O falso dilema de escolher entre um e outro sistema⁵ está na génese do actual desarmamento ideológico para proceder à crítica do capitalismo nas suas formas actuais, nomeadamente no campo da educação.

Educação e ruptura com a lógica do capital

Num sistema social dominado pela lógica do capital, a educação transforma-se ela própria numa mercadoria. Este processo de “mercadorização” da educação é comum, quer aos sistemas públicos, quer aos sistemas privados, na medida em que todos eles tendem a subordinar-se funcionalmente às lógicas de maximização do consumo e do lucro, produzindo modalidades de conformismo e de legitimação interiorizada da exploração e da alienação do trabalho assalariado. Só a compreensão dos vínculos entre educação, trabalho e alienação permitirá “ver” e construir processos educativos que, produzindo rebeldia e ajudando a instituir novas formas de organização social, possa ter um cariz emancipatório.

Para pensar a educação na sua vertente emancipatória, e portanto na sua articulação estreita com o trabalho, torna-se imprescindível alargar os limites daquilo a que se vem restringindo de forma redutora o campo da educação, ou seja, as instituições especializadas na educação e os sistemas escolares. Para efeitos da argumentação aduzida neste texto, adopta-se a perspectiva inspirada no pensamento de Marx e que é assim apresentada por Mészáros (2006, p. 28):

[...] somente o conceito marxiano de educação – que, em agudo contraste com as concepções actualmente predominantes, estreitamente centradas nas instituições, abarca a totalidade dos processos individuais e sociais – pode oferecer uma solução para a crise social contemporânea, que está se tornando progressivamente mais aguda, e não menos, no campo da própria educação institucionalizada.

A educação ultrapassa largamente as fronteiras da educação deliberada, formal e institucionalizada, ou seja, o universo escolar. Se os séculos XIX e XX foram o período de afirmação hegemónica da escola, provavelmente o século XXI será dominado pela educação não formal. É esta verificação que permite sustentar, como o faz João Bernardo no

prefácio a um livro de Santos (1992), que o totalitarismo contemporâneo reside “no cerco a todos os aspectos da vida dos trabalhadores e a todos os momentos”, o que implica que o pensamento crítico sobre a educação não pode ser restringido ao escolar, mas tem de englobar “uma pedagogia dos conflitos sociais”. A possibilidade de transcender positivamente a alienação e a exploração do trabalho, concretizando a possibilidade de uma sociedade de produtores livremente associados, isto é, a ruptura com a lógica do capital, supõe um intenso processo de aprendizagem. Como escreve Mészáros (2005, p. 65):

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objectivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.

Num dos seus textos mais conhecidos e analisados, o Caderno 12 (GRAMSCI, 2004b), em que são abordados os problemas da educação, Gramsci insiste na impossibilidade de estabelecer uma clara fronteira entre o *homo faber* e o *homo sapiens*, afirmando que todos os seres humanos são “intelectuais”. É esta perspectiva que permite pensar uma sociedade igualitária em que os jardineiros leiam os grandes filósofos clássicos e as cozinheiras possam exercer tarefas de governo. A democratização da educação e do acesso ao saber não poderá, assim, ser encarada como um mero acréscimo de instrução ou qualificação dos trabalhadores, mas sim como a criação de condições para que “cada cidadão possa tornar-se governante.” (GRAMSCI, 2004b, p. 51). Estas condições nunca poderão ser totalmente criadas no quadro do Estado, *tal qual existe*, nem no quadro das instituições que perpetuam a ordem estabelecida, na ausência de fortes movimentos sociais que expressem a autonomia dos assalariados. É uma visão redutora da educação (circunscrita à escola e à acção do Estado), assim como o é o logro de pretender colocar as actuais instituições educativas, *tal qual existem*, ao “serviço do povo”, o que torna invisível, no caso português (como noutros idênticos), o imenso potencial da dimensão educativa que no período revolucionário do 25 de Abril assumiram, as movimentações, formas de luta e de organização da classe trabalhadora, principalmente nas fábricas e a partir da criação de “Comissões de Trabalhadores”.

Para que essa visibilidade seja possível e para que possamos aprender com ela é necessário conceber a luta social como “uma pedagogia prática”, como assinala João Bernardo (2000), evocando o pensamento precursor de Eugène Varlin, para quem a gestão das lutas constituía o processo de aprendizagem que permitiria aos trabalhadores adquirir a capacidade de gerir a sociedade. Num texto publicado em 1871, Varlin⁶ (apud BERNARDO, 2000, p. 97) explica como as formas de solidariedade e organização operárias geram um processo colectivo de aprendizagem que representa o melhor antídoto para prevenir a construção perversa de um “Estado centralizador e autoritário” em que os antigos patrões dariam lugar a patrões de novo tipo:

[...] as sociedades operárias, quaisquer que sejam as formas em que hoje existam, têm o imenso mérito de habituar os homens à vida em sociedade e de os preparar assim para uma organização social mais ampla. Habitua-nos, não só a porem-se de acordo e a compreenderem-se, mas também a ocuparem-se dos seus problemas, a organizarem-se, a discutirem, a discorrerem acerca dos seus interesses materiais e morais, e isto sempre sob o ponto de vista colectivo. (VARLIM apud BERNARDO, 2000, p. 97).

A selecção e análise, ainda que numa fase exploratória, da informação facultada no jornal *Combate* sobre as lutas nas empresas no pós 25 de Abril permite avançar na compreensão do modo como a luta pela transformação social coincide com processos de intensa aprendizagem colectiva. Permite realçar o valor heurístico do uso articulado dos conceitos de *educação*, *autonomia* e *emancipação social* na análise dos movimentos sociais. Permite, ainda, contribuir para desfazer a ilusão de que a emancipação social poderia ser assegurada por políticas e práticas educativas oriundas da esfera do Estado.

Notas

1. Este texto corresponde à versão escrita da conferência proferida na Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis), na abertura do “II Seminário Luso Brasileiro – Trabalho, movimentos sociais e educação”, em 12 de Novembro de 2007. Esta intervenção oral e

esta produção escrita inscrevem-se nas actividades do Projecto FAP, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o qual se propõe estudar as políticas e as práticas de formação de adultos em Portugal, desde 1974.

2. O jornal *Combate* nasceu no âmbito das iniciativas políticas que se seguiram ao derrube do fascismo, em Portugal, em 25 de Abril de 1974. A importância documental deste jornal decorre de, sendo um colectivo partidariamente independente, ter como objectivo fundamental divulgar as lutas da classe trabalhadora, dando voz aos trabalhadores e às suas comissões.
3. Como escreveu Elias (2001, p. 11) “No caso dos seres humanos, o equilíbrio entre a adaptação aprendida e a não aprendida à vida em grupo foi revertido.” Em nenhum outro caso, como na espécie humana, a sintonia com a vida colectiva “teve tão profunda influência sobre a forma e o desenvolvimento do indivíduo.”
4. Na época, conforme relata o próprio Gramsci (2004a), uma delegação italiana visitou a União Soviética e foi recebida em Kronstadt (o soviete esmagado pela repressão bolchevique) com uma faixa dizendo “Viva a greve geral turinense de Abril de 1920.”
5. Um livro que reúne um conjunto de editoriais e textos da autoria do colectivo responsável pelo Jornal *Combate* tem como título a ideia central, e totalmente pertinente no contexto da situação portuguesa em 1974/1975: “Capitalismo privado ou capitalismo de estado não é escolha!” Para uma desenvolvida sustentação teórica desta falsa oposição consulte-se a obra de João Bernardo “Economia dos conflitos sociais” (1991).
6. Louis Eugène Varlin nasceu em França em 1839, dirigiu uma greve de encadernadores e foi secretário da secção francesa da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional). Criou e animou associações operárias e cooperativas e conseguiu unir, em 1869, todas as organizações sindicais francesas. Foi eleito para o Conselho da Comuna de Paris (1871) e combateu nas barricadas até ser preso e fuzilado. (BERNARDO, 2000, p. 94).

Referências

- BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris : Gallimard, 1999.
- BRINCA, Pedro; BAÍA, Sara (Org.). *Memórias da Revolução no distrito de Setúbal*. Setúbal: Setúbal na rede, 2001. v.1.
- CANÁRIO, Rui. A educação e o movimento popular do 25 de Abril. In: Canário, Rui. (Org.). *Educação popular e movimentos sociais*. Lisboa: UIDCE/Educa, 2007.
- CAPITALISMO privado ou capitalismo de estado não é escolha! editoriais e textos do Jornal Combate. Porto: Afrontamento, 1975.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FERREIRA, José. Autogestão na Sogantal. In: O FUTURO era agora: o movimento popular do 25 de Abril. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994. p.46-48.
- GRAMSCI, António. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. v.1.
- GRAMSCI, António. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: CADERNOS do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 2, p. 13-53.
- JORNAL COMBATE. Portugal: [s.n.], 1974-1978.
- KOLLONTAI, Alexandra. *A oposição operária 1920/21*. Porto: Afrontamento, 1973.
- MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MÉSZÁROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SANTOS, Maria Lima, LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1976.

SANTOS, Oder. *Pedagogia dos conflitos sociais*. São Paulo: Papyrus, 1992.

TILHOU, Nadejda. *O caso Sogantal: memórias de uma luta emblemática*. Lisboa: Edições Colibri, 2002. Arquivos da Memória 12/13. Número duplo consagrado ao tema "Portugal 1974-1976. Processo revolucionário em Curso".

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

TRAGTENBERG, Maurício. *A revolução russa*. São Paulo: UNESP, 2007.

TRAVERSO, Enzo. *À feu et à sang*. de la guerre civile européenne 1914-1945. Paris : Stock, 2007.

Social Movements and Popular Education. Struggles at Companies in Portugal after April 25

Abstract:

Using as an empirical reference the workers strike movement in the first half of 1974 in the industrial belt of Lisbon, before and immediately after the defeat of the fascist dictatorship, on April 25, 1974, this paper seeks to reveal the educational potential of this autonomous social movement. It discusses the relationship between collective lessons realized in the realm of processes that established social change and the role of the State in these processes. In a broad theoretical framework, it analyzes the concept of emancipatory education. A clarification of this concept is understood to be essential to overcome a current critical disarmament in face of the logic of capital. The paper analyzes and deconstructs a vision of social conflict in the 20th century, reduced to a dichotomy between two camps: capitalism and state capitalism. It is based on the supposition that all social actions and relations are infused with an educational dimension, which is an expression of politics and power relations.

Key words: Popular education. Social movements.

Movimientos sociales y Educación popular; luchas en las empresas en Portugal después del 25 de abril

Resumen:

En el presente artículo, procuramos evidenciar el potencial educativo del movimiento huelguista operario que ocurrió en el primer semestre de 1974 en el cinturón industrial de Lisboa, antes e inmediatamente después de la caída de la Dictadura fascista del 25 de abril de 1974. Se discute cual es la relación entre el aprendizaje colectivo realizado en el ámbito de los procesos instituyentes de cambio social y el papel de la naturaleza del Estado en esos procesos. En un marco teórico más amplio queremos problematizar y discutir el concepto de educación emancipatória. Entendemos que clarificar este concepto es esencial para superar el actual desarmamiento crítico en la lógica del capital, suponiendo este análisis como una desconstrucción de una visión social conflictiva en el siglo XX reducida a una dicotomía entre dos campos: del capitalismo y del capitalismo del Estado. Partimos del supuesto de que toda acción y relación social está atravesada e impregnada por una dimensión educativa, propia de la expresión política de relaciones de poder.

Palabras-clave: Educación Popular. Movimientos sociales.

Rui Canário

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Cidade Universitária
1649-013 – Lisboa
E-mail: rui.f.canario@netcabo.pt

Recebido em: 10/4/2008

Aprovado em: 19/6/2008